



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

16 / 03 / 06

Celeste Correia

[Handwritten signatures and initials]

REQUERIMENTO Nº 1667/X (1ª) - AC

16 de Março de 2006

Exmo. Sr.

Presidente da Assembleia da República

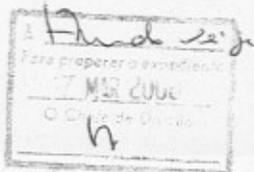
Assunto: Tribunal de Relação de Faro

Apresentado por: Deputados do Circulo Eleitoral de Faro (João Cravinho; Aldemira Pinho; Miguel Freitas; Jovita Ladeira; Hugo Nunes; David Martins), do Partido Socialista

A criação de um Tribunal de Relação no Algarve é uma reivindicação histórica da Região, não só dos algarvios mas também, e de uma forma mais acentuada, de todos os operadores judiciários.

Na sequência desta aspiração, em 1999, o Ministério de Justiça e a Câmara Municipal de Faro celebraram, no dia 25 de Março, um acordo de colaboração que previa a instalação na Cidade de Faro, no Palácio de Belmarço, do futuro Tribunal de Relação de Faro.

O Decreto-Lei nº 186-A/99, de 31 de Maio, veio criar o Tribunal de Relação de Faro, com área de competência nos círculos judiciais de Faro e Portimão, dando assim forma a um tribunal de segunda instância que abrange toda a Região, prevendo inclusive a transição do quadro de juizes do Tribunal de Relação de Évora dos 12 juizes que comporão o quadro de juizes do Tribunal de Relação de Faro.





De acordo com o protocolo firmado, a Câmara Municipal de Faro deu início, ainda em 1999, a obras de recuperação exteriores do Palácio de Belmarço, tendo, posteriormente, entregue ao Ministério da Justiça projectos para que o mesmo pudesse encetar os procedimentos necessários à realização das obras da sua responsabilidade.

O Ministério da Justiça procedeu ao lançamento da obra, conforme lhe competia, no entanto por deficiências de projecto a mesma veio a ser suspensa, para reformulação do projecto e correcção das deficiências identificadas. O que veio a acontecer, ficando desde então reunidas todas as condições para o retomar do processo de beneficiação e adaptação do Palácio de Belmarço para acolher o Tribunal de Relação de Faro.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais em vigor vimos requerer ao Governo, designadamente ao Ministério da Justiça, os seguintes esclarecimentos:

1. Para quando se prevê o lançamento das obras de beneficiação e adaptação do Palácio de Belmarço, visando a instalação do Tribunal de Relação de Faro?
2. Qual é o prazo previsto para a duração das referidas obras?
3. Para quando se prevê a entrada em funcionamento do Tribunal de Relação de Faro?

Os Deputados

Luís M.
João Cruz
Miguel Freitas
Almeida
Fátima Ladem.
[Signature]